MARILIA JUCA RAMOS FEITOSA (Ex.2019)	0100592	NC	11/01 a 25/01/2021
MARLI DA CONCEICAO MARQUE (Ex.2020)	0100057	TCE-CA-4	11/01 a 25/01/2021
MARLUCE ESTER COSTA DE SOUZA (Ex.2020)	0100206	TCE-A-TI-403	11/01 a 25/01/2021
MORELIO SANTOS (Ex.2021)	0100045	TCE-CTI	11/01 a 09/02/2021
NAIARA LOPES ARAUJO (Ex.2020)	0101187	TCE-NS-01	18/01 a 25/01/2021
OLGA BENARIO SANTOS DE OLIVEIRA (Ex.2020)	0100917	TCE-NS-01	12/01 a 17/01/2021
ORLANDO FARIAS RABELO FILHO (Ex.2020)	0101201	TCE-CT-6	11/01 a 09/02/2021
PAULO CESAR DE LIMA SANTOS (Ex.2021)	0966231	TCE-AA-GC-502	11/01 a 09/02/2021
PAULO SERGIO CONCEICAO E SILVA (Ex.2021)	0100046	TCE-CO-3	11/01 a 09/02/2021
PEDRO LUCIO VINAGRE JUNIOR (Ex.2020)	0695637	TCE-CT-6	11/01 a 25/01/2021
PRIMENIA SUELENA NUNES CHAMA (Ex.2020)	0612782	TCE-CT-6	11/01 a 25/01/2021
RAFAEL LAREDO MENDONÇA (Ex.2020)	0101097	TCE-CT-6	11/01 a 17/01/2021
RAIMUNDO CALDAS BATISTA (Ex.2020)	0100464	TCE-CT-6	11/01 a 09/02/2021
RAIMUNDO RODRIGUES ROSA NETO (Ex.2020)	0101202	TCE-CT-6	11/01 a 25/01/2021
RAPHAEL BORGES REIS E SILVA (Ex.2020)	0101099	TCE-CT-6	11/01 a 25/01/2021
REGINA MARIA DE ARAUJO PAIVA (Ex.2020)	0100489	TCE-CA-4	25/01 a 23/02/2021
REGINALDO FERNANDES DA SILVA (Ex.2019)	0101064	TCE-CA-4	11/01 a 09/02/2021
REINALDO DOS SANTOS VALINO (Ex.2020)	0100437	TCE-CTI	11/01 a 25/01/2021
RUTH HELENA DELGADO BASTOS (Ex.2020)	0695408	TCE-CT-6	11/01 a 25/01/2021
SAMUEL CLAYTON MACIEL NEVES (Ex.2021)	0101121	TCE-CA-4	11/01 a 20/01/2021
SAMUEL MARTINS FILHO (Ex.2020)	0101269	TCE-NS-01	11/01 a 25/01/2021
SHEILA REGIA GUIMARAES DE SOUSA (Ex.2020)	0101439	TCE-NS-02	11/01 a 25/01/2021
SHAYENNE CRISTINE PAES CARREIRO (Ex.2019)	0101100	TCE-CT-6	11/01 a 25/01/2021
SIDNEY DO SOCORRO ALFAIA DE SOUZA (Ex.2020)	0100053	TCE-CO-3	11/01 a 25/01/2021
SIMONE SIDRIM DA COSTA (Ex.2020)	0100173	TCE-CT-6	11/01 a 09/02/2021
SUZANA SOARES COSTA DE OLIVEIRA (Ex.2020)	0695513	TCE-CA-4	11/01 a 09/02/2021
TABAJARA HENRIQUE FRAZAO (Ex.2020)	0179418	TCE-CO-3	11/01 a 25/01/2021
THYAGO SOUZA DE ANDRADE (Ex.2019)	0101087	TCE-CT-6	11/01 a 09/02/2021
WALDA BETHANIA DE MORAES PINTO (Ex.2019)	0101059	TCE-CT-6	11/01 a 09/02/2021
WALDECI RODRIGUES DOS SANTOS (Ex.2020)	0100431	TCE-CTI	18/01 a 01/02/2021
WANDERLEY LORIS GONZAGA BORGES (Ex.2020)	0100289	TCE-AA-505	15/01 a 29/01/2021
WILLIANA RATSUNNE DA SILVA SHIRASU (Ex.2020)	0101585	TCE-CT-6	11/01 a 09/02/2021

Protocolo: 646862

OUTRAS MATÉRIAS

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 20 de janeiro de 2021, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº 61.224**(Processo nº. 2009/53224-2)**

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio SEPOF nº 175/2008 **Responsável/Interessado(a):** ITAMAR CARDOSO DO NASCIMENTO, Prefeito da municipalidade de Goianésia do Pará, à época.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b" e "d", c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

•Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. ITAMAR CARDOSO DO NASCIMENTO, CPF nº 154.517.206-49, Prefeito do Município de Goianésia do Pará à época da celebração do convênio, à devolução aos cofres públicos estaduais a quantia de R\$ 117.029,97 (cento e dezessete mil, vinte e nove reais e noventa e sete centavos), atualizada a partir de 05/12/2008 e acrescida dos consectários legais.

•Aplicar-lhe as multas de R\$ 1.001,03 (mil e um reais e três centavos) pelo descumprimento do artigo 242, do Ato nº 63/2012 c/c artigo 82 da Lei complementar 81/2012 – LOTCE/PA e R\$ 1.001,03 (mil e um reais e três centavos), pela remessa intempestiva, nos termos do artigo 243, inciso III, alínea "b" do RI-TCE/PA.

•Determinar, o encaminhamento de cópia dos presentes autos ao Ministério Público Estadual para que adote as providências cabíveis.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para o recolhimento das multas o disposto na Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008. Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 61.225**(Processo nº 51085-6/2008)**

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio ASIPAG nº 086/2007. **Responsável/Interessado:** AMAURY DE SOUZA FILHO e ASSOCIAÇÃO PARAENSE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Advogado: FABIO FURTADO SANTOS, OAB/PA Nº 21.988

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, e nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b" e "d", da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

1- Julgar irregulares as contas e condenar solidariamente o Sr. AMAURY DE SOUZA FILHO, CPF: 100.936.212-72, e a ASSOCIAÇÃO PARAENSE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CNPJ: 04.704.797/0001-69, à devolução aos cofres públicos estaduais do valor de R\$-150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), devidamente corrigido e acrescido dos consectários legais até o seu efetivo recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado;

2- Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, após o trânsito em julgado da decisão, para que adote as providências cabíveis.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judi-

cial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 61.226**(Processo nº. 2008/50582-3)**

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio ASIPAG nº 037/2007 **Responsável/Interessado:** JOÃO DE MENEZES ARAÚJO e ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE GROTA SECA

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "b" e "d" da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012: I -Julgar irregulares as contas e condenar solidariamente o Sr. JOÃO DE MENEZES ARAÚJO, Ex-Presidente (CPF: 397.789.592-34), a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE GROTA SECA (CNPJ nº 34.689.661/0001-98) e a EMPRESA AGRINORTE LTDA (CNPJ nº 04.610.082/0001-47) à devolução de R\$49.711,18 (quarenta e nove mil, setecentos e onze reais e dezeto centavos), devidamente atualizado a partir de 28/11/2007 e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento;

II – Condenar solidariamente o Sr. JOÃO DE MENEZES ARAÚJO, Ex-Presidente (CPF: 397.789.592-34) e a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE GROTA SECA (CNPJ nº 34.689.661/0001-98) à devolução da importância de R\$ 288,82 (Duzentos e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos), devidamente atualizado a partir de 28/11/2007 e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO N.º 61.227**(Processo nº. 51336-6/2008)**

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio ASIPAG n.º 019/2007. **Responsável/Interessado:** SEVERINO MARÇAL MENEZES JUNIOR e INSTITUTO DE APOIO AOS JOGADORES DE FUTEBOL PROFISSIONAL DO ESTADO DO PARÁ

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da relatora, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b" e "d", da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

•Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. SEVERINO MARÇAL DE MENEZES (CPF: 640.041.552-15), ex-presidente do Instituto de Apoio aos Jogadores de Futebol Profissional do Estado do Pará, à devolução aos cofres públicos estaduais da quantia de R\$ 150.000,00 (Centro e cinquenta mil reais), devidamente atualizada a partir de 29/10/2007 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

•Recomendar à ASIPAG para que nos próximos convênios realize diligentemente a verificação do atendimento dos requisitos legais e normativos para o repasse da verba pública, juntando-os às futuras prestações de contas, e que proceda contemporaneamente a fiscalização desses convênios às suas vigências.

O valor supracitado deverá ser recolhido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e da cominação de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO N.º 61.228**(Processo nº. 2009/51559-3)**

Assunto: Prestação de Contas do Convênio ASIPAG n.º 021/2008.

Responsável/Interessado: LUIZA HELENA ANDRADE DE MOURA CARVALHO e INSTITUTO MARINA ANDRADE

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c o art. 61, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade da Sra. LUIZA HELENA ANDRADE DE MOURA CARVALHO, ex-Presidente do Instituto Marina Andrade, no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais).

ACÓRDÃO N.º 61.229**(Processo nº. 2008/53309-0)**

Assunto: Tomada de Contas Especial dos Convênios SEPOF nºs. 036/2006 e 003/2007.

Responsável/Interessado: ÁLVARO BRITO XAVIER e PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Advogado: SYLMARA SYMME LIMA DE ALMEIDA LEITE SILVA – OAB/PA Nº 11.110

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c o art. 61, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares com ressalva as contas dos Convênios SEPOF nº 036/2006 e 003/2007, de responsabilidade do Sr. ÁLVARO BRITO XAVIER, ex-Prefeito do Município de Conceição do Araguaia, nos valores de R\$-330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais) e R\$-200.000,00 (Duzentos mil reais), respectivamente.

ACÓRDÃO Nº 61.230**(Processo nº 2008/53244-0)**

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio ASIPAG nº 169/2007.

Responsável/Interessado: SULIVAN FERREIRA SANTA BRÍGIDA e FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS e MAGNÉTICO DA REGIÃO NORTE

Procuradora: NÚBIA DO SOCORRO RODRIGUES ARAÚJO (CPF Nº 976.366.572-87)

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, e nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b" e "d" da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012: